



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania.
(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, e Costenaro Neto (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM Nº 029/93

Curitiba, 17 de junho de 1993
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que

objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que específica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

A proposição encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá proporcionar condições no sentido de que a referenciada instituição de ensino superior seja dotada dos recursos humanos necessários ao pleno desempenho de suas atividades. A Secretaria de Estado da Administração, analisando o assunto entendeu a medida como realmente conveniente e oportuna, em cujo pronunciamento asseverou que a real necessidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa é de 175 (cento e setenta e cinco) cargos técnicos-administrativos e de 122 (cento e vinte e dois) cargos de Professor de Ensino Superior, os quais, em obediência a preceitos constitucionais, serão providos através de concurso público e corresponderão a 4.270 horas/docente.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 297 (duzentos e noventa e sete) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados no Anexo que faz parte desta Lei.

Art. 2º - As atribuições e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O

GRUPO OCUPACIONAL: PROFISSIONAL

CARGO	CÓDIGO	PADRÃO	QUANTIDADE
Advogado	TP01	I-III	1
Analista de Sistema	TP43	I-III	2
Assistente Social	TP02	I-III	2
Bibliotecário	TP03	I-III	3
Economista	TP68	I-III	1
Farmacêutico	XP10	I-III	2
Médico	TP22	I-III	2

Nutricionista	TP26	I-III	1
Odontólogo	TP02	J-III	1
Pedagogo	TP70	I-III	4

GRUPO OCUPACIONAL: INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	PADRAO	QUANTIDADE
-------	--------	--------	------------

Assistente Administrativo	TO07	G	18
Assistente de Biblioteca	TO11	G	1
Assistente de Creche	TO12	F	4
Assistente de Laboratório	TO16	G	1
Assistente de Proc. de Dados	TO20	F	2
Auxiliar de Enfermagem	TO22	G	2
Técnico de Anatomia e Necrópsia	TO67	H	1
Técnico de Arquivo	TO69	G	1
Técnico de Contabilidade	TO76	H	1
Técnico de Economia Doméstica	TO77	H	1
Técnico de Eletrônica	TO79	H	1
Técnico de Laboratório	TO85	H	2
Técnico de Radiologia	TO96	H	1

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO

CARGO	CÓDIGO	PADRAO	QUANTIDADE
-------	--------	--------	------------

Atend. Consult.			
Dentário	TM10	E	4
Auxiliar Administrativo	TM13	E	7
Aux. de Atividade de Ensino	TM16	C	4
Auxiliar de Biblioteca	TM17	E	3
Auxiliar de Laboratório	TM22	E	15
Auxiliar de Microfilmagem	TM28	E	1
Aux. de Prod. e Exp. Agropecuária	TM30	D	2
Aux. de Serviços Gerais	TM34	B	29
Costureira	TM54	D	1
Cozinheiro I	TM56	F	6
Cozinheiro II	TM57	D	15
Jardineiro	TM72	D	6
Lavadeira	TM74	C	1
Marceneiro	TM76	F	1
Motorista	TM86	F	3

Oficial de Manutenção I	TM88	E	2
Pedreiro	TN06	E	2
Pintor de Paredes	TN07	D	2
Porteiro	TN11	C	1
Recepcionista	TN13	D	1
Vigia	TN24	C	15

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO DE ENSINO SUPERIOR

CARGO	CÓDIGO	PADRAO	QUANTIDADE
-------	--------	--------	------------

Prof. de Ensino Superior	M100		122
--------------------------	------	--	-----

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 030/93

Curitiba, 22 de junho de 1993
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros), conforme anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
I		INATUREZA I		IL I	
CODIGO		DA		IFTIDI	
I		IDESPESA I		IRI	
ESPECIFICACAO		VALOR		IN DO	
				IFROC	
				ICOP	
1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIAL	1	1	1	I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	1	1	1	I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA	1	1	1	I
1103	IDIRETORIA GERAL	1	1	1	I
2537	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	1	1	1	I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	1	1	1	I
	ISETI	1	3120.00	1001LI	164.120 10486
	I	1	3132.08	1001LI	1.200.000 10486
T O T A L I				1.364.120 I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
I		INATUREZA I		IL I	
CODIGO		DA		IFTIDI	
I		IDESPESA I		IRI	
ESPECIFICACAO		VALOR		IN DO	
				IFROC	
				ICOP	
1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIAL	1	1	1	I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	1	1	1	I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA	1	1	1	I
1105	ICOORDENADORIA DE INDUSTRIA E	1	1	1	I
	ICOMERCIO	1	1	1	I
1115	IABITUACAO INTERNACIONAL	1	3132.08	1001LI	200.000 10486
2540	ISISITUA DE INFORMACOES PARA A	1	1	1	I
	IINDUSTRIA E O COMERCIO	1	3132.08	1001LI	164.120 10486
2546	IMODERNIZACAO E EXPANSAO	1	1	1	I
	IINDUSTRIAL E COMERCIAL	1	3132.08	1001LI	1.000.000 10486
T O T A L I				1.364.120 I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 031/93

Curitiba, 22 de junho de 1993
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinqüenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio da operação portuária e de investimentos em obras civis e equipamentos.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes do excesso de arrecadação apura-

do por tendência pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e atestado pela Secretaria de Estado da Fazenda através do Parecer nº 3/006-93.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinqüenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), conforme anexo I des-

ta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. .

Art. 3º - Em decorrência do contido nos atos anteriores fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL 01	
				CR\$ 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN. DO IPROC ICOP
I 4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 4492	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE	I	I I I		I
I	IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I I I		I
I 1017	IINVESTIMENTOS PORTUARIOS	I 4110.00	I50ILI	50.000.000	I4414
I	I	I 4120.00	I50ILI	100.000.000	I4414
I 2728	IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES	I	I I I		I
I	IPORTUARIAS	I 3132.04	I50ILI	50.000.000	I4414
I	I	I 3132.08	I50ILI	515.860.000	I4414
I	I	I 3191.00	I50ILI	90.000.000	I4414
I	I	I 4120.00	I50ILI	150.000.000	I4414
		T O T A L		I 955.860.000	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 01	
		ANEXO		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E				
	IANTONINA - APPA				
I 1600.99.00	IOutros Servicos	I 50	I 955.860.000		
T O T A L			I 955.860.000		

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 22 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com energia elétrica, outras despesas com manutenção e aquisição de livros para biblioteca da entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, terça, em 22.06.93

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	1
I ANEXO				CR\$ 1.000,00	1
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN. DOI
I	I	DA	ILIDE		IPROCI
		DESPESA	IRI		ICOF
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIAL	1	1 1		1 1
1	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	1	1 1		1 1
1	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	1	1 1		1 1
1	IVINCULADAS	1	1 1		1 1
1	I	1	1 1		1 1
122B	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	1	1 1		1 1
1	IECONOMICAS DE APUCARANA	1	1 1		1 1
2504	IAADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	1	1 1		1 1
1	IENTINO SUPERIOR EM APUCARANA	1	3120.0015011	205.484	144521
1	I	1	3132.0115011	125.640	144521
1	I	1	3132.0815011	430.000	144521
T O T A L				761.124	1

I CANCELAMENTO		A N E X O I		FL. 01	1
I ANEXO				CR\$ 1.000,00	1
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN. DOI
I	I	DA	ILIDE		IPROCI
		DESPESA	IRI		ICOF
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIAL	1	1 1		1 1
1	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	1	1 1		1 1
1	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	1	1 1		1 1
1	IVINCULADAS	1	1 1		1 1
1	I	1	1 1		1 1
122B	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	1	1 1		1 1
1	IECONOMICAS DE APUCARANA	1	1 1		1 1
1145	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI	1	1 1		1 1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE APUCARANA	1	4110.0015011	761.124	144521
T O T A L				761.124	1

Senhor Presidente.

Certo de poder contar com a atenção
dessa eorégia Assembléia, reitero a Vossa
Excelência as expressões do meu mais alto
apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

CONFIDENTIAL

A H F X O I

71 01

US\$ 1 000,00

ORÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	UNID	VALOR	INCLUI
		DESESA	DESESA		DESESA
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS				
	TRANSPORTES - ENTIDADES				
	INCLUIDAS				
4492	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE				
	PARANAGUA E GUARUJÁ - ADPA				
2228	GERENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES				
	PORTUÁRIAS				
		3132	0411	34.848.362	14115

ACRESO 1140
UG RECE 114

ANF-XD II

AMF XO 6 LEI HO

FI 91

U. S. 1 000 000

CODIGO	ESPECIFICACAO	DET	VALOR
	ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTIOQUINA - AFPA		
19 90 05.50	Saldo de Exercicios Anteriores ... Diretamente Acreditado	50	36 848.262
	TOTAL		36 848.262

A Diretoria Legislativa.

OFÍCIO

Sob o nº ATCC 4015/93, do Senhor CAÍTO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado NAMTR PIACENTINI à Secretaria de Estado da Fazenda, sobre "FECHAMENTO DA AGÊNCIA REGIONAL DO BANESTADO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº DTL/SAT/112/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 173/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, autoriza o Poder Executivo a prestar garantias conforme especifica, até o valor de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares americanos), ao TECPAR, para obtenção de empréstimo junto à FINEP, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.333. Anote-se. Arquite-se.

Sob os nºs DAT/SAT/113 e 114/93, do Senhor Governador do Estado, em exercício, restituindo a esta Casa de Lei os Projetos de Lei nºs 353/92 e Projeto de Lei Complementar nº 399/91. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 089/93
Senhor Presidente.

Venho pelo presente, justificar a minha ausência nos Trabalhos da Sessão do dia 17 próximo passado, por estar acompanhando o Excelentíssimo Senhor Secretário JOSÉ TAVARES em sua visita a Castro, para assinatura do Convênio entre a Prefeitura e sua respectiva Secretaria.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados LUIZ HENRIQUE BONA TURRA e NEREU MOURA, do PMDB, para integrarem Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) RENATO ADUR

Líder da Bancada do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados CARLOS SIMOES e COLOMBINO GRASSANO, do PL, para integrarem a

Curitiba, terça, em 22.06.93

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder da Bancada do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados ÉLIO LINO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, do PFL, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder da Bancada do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados EMILIA BELINATI e LUÍS CARLOS ZUK, do PDT, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa o Deputado ALCEU SWAROWSKI, do PSDB, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob nº 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Líder da Bancada do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados EDSON SILVA LINO e JOSÉ ARTHUR RITTI, do PP, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no

campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob n.º 01/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder da Bancada do PP

INDICAÇÃO

Como Líder da Bancada do Partido Progressista, venho pela presente, indicar os seguintes Deputados para comporem as CPI's abaixo discriminadas:

- CPI: Evasão Tributária referente a atividade petroleira.

Titular: Geraldo Cartário.

Suplente: Luiz Carlos Martins

- CPI: Mensalidades Escolares

Titular: José Arthur Ritti

Suplente: João Preis

- CPI: Violações dos direitos de menores e trabalhadores bóias-frias.

Titular: Edson Lino

Suplente: Júlio Bifon

- CPI: Invasões agrícolas e urbanas

Titular: Antônio Annibelli

Suplente: Neivo Beraldin

- CPI: Da Fazenda Santana

Titular: Antônio Annibelli

Suplente: Edson Lino

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder da Bancada do PP

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2141

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 262/93, estando o mesmo em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.º 2108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das sessões, em 22.06.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.º 2109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder.

REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Cid Fausto, ocorrido no dia 21 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Cid Fausto, faleceu em 21.06.93, na cidade de Ourinhos-SP. Era titular do Cartório de Registro de Imóveis da Bandeirantes, onde residiu por largo tempo, como serventuário daquele Ofício de Justiça extra-judicial.

Pela maneira afável, atenciosa que atendia os que procuravam, deixou a imagem do serventuário competente, sério cumpridor de suas obrigações.

Sua maneira de ser, sua participação comunitária no Município de Bandeirantes, fez com que em pouco tempo tivesse o respeito e a consideração dos moradores da localidade.

Foi casado com Mercedes Molta Rodrigues Pinto e deixa os filhos.

Assim REQUER que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N.º 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja transcrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cláudia Cobbe Hampf, ocorrido na cidade de Castro, dia 18 próximo passado.

Pessoa muito atenciosa com o próximo, mãe do ilustre Editor-chefe do "Jornal da Manhã", Sr. Edgar Hampf.

A sociedade de Castro teve uma perda irreparável que dificilmente será substituída.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.º 2124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da "Gazeta do Povo" e da Rede Paranaense de Televisão, pelo desta-

que de "Homem Público do Ano" conferido pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC)

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na atual conjuntura brasileira, a outorga de um prêmio dessa envergadura ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, significa o reconhecimento ao trabalho empresarial tem uma importância especial porque é no momento da tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do país, os empresários desenvolveram um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida contra as incertezas.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho é o paradigma dos nossos homens da imprensa, que ajudam a criatividade e se esforçam para superar mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade.

Devemos assinalar que a premiação outorgada pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC), é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, principalmente como modelo, de visão administrativa, reconhecido ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho como "Personalidade AECIC/92", cuja premiação vem exatamente no momento que a Gazeta do Povo é proclamada como o maior jornal do Estado do Paraná, pelo Instituto Bonilha em recente pesquisa, pois crescer simplesmente não era a sua meta, por isso a Gazeta do Povo soube, como poucos diários brasileiros, acumular compromissos com a modernidade e a tradição de seriedade. O resultado é o jornal que chega diariamente às bancas e na casa dos assinantes; um jornal confiável, que não muda de postura conforme sopram os ventos e não faz da notícia um instrumento de autopromoção, mas, sempre preocupado com as causas paranaístas e na defesa dos valores sociais.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e todo o seu corpo de colaboradores da "Gazeta do Povo" e da Rede Paranaense de Televisão, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 2140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações, pela 1ª IRAMALHA, - Feira de Malhas, Decoração, Confeção e Artesanato de Irati.

Curitiba, terça, em 22.06.93

Esta promoção está sendo realizada por parte da Prefeitura Municipal, malharias, artesãos, ACIAI, FECLI, do Município de Irati.

Desejamos o sucesso para este evento, e que outros venham sucessivamente engrandecendo a estrutura sócio-econômica daquele Município.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o grupo de voluntários formado pelo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O grupo, subordinado à Diretoria de Previdência do IPE, chefiada pelo ex-Deputado Cândido Bastos, é integrado por 22 voluntários, inativos, aposentados ou não pelo Instituto de Previdência do Estado, coordenado pela psicóloga Eliane Ribas e por uma pedagoga, vem dando exemplo de um trabalho em prol da comunidade carente e sofrida. Levam esses voluntários, apoio moral aos doentes da Santa Casa de Misericórdia e a outros hospitais. A doação desse trabalho, moral e espiritual, abre perspectivas e esperança para melhoria da situação vivida hoje pelo Brasil. Mostram que da crítica nada se tira se nesta não for colocado amor e respeito ao ser humano, através do que cada um pode dar de si pelo próximo carente e sofredor.

Pelo exemplo de trabalho e dedicação, merece esse grupo de voluntários, bem como os coordenadores, o louvor e as congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUER ainda, uma vez aprovado a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, ao Senhor Diretor de Previdência do Estado, Cândido Bastos, às coordenadoras do programa: psicóloga Eliane Ribas e pedagoga Rosângela Barbosa e ao grupo de voluntários.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2153

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná, votos de congratulações aos novos diretores eleitos do Iate Clube de Guaratuba.

São os seguintes os dirigentes eleitos: Comodoro: Leopoldo Gonçalves; 1° Vi-

ce: Altair Barranco; 2° Vice: Luiz R. Zan-
non; Diretores da Secretaria: Luis C. R.
Nogueira; Adjunto: José Estevan Wolski;
Tesouraria: Roberto Dallabona; Adjunto:
José Fustes Garcia; Diretor Social: Caulo
Queiroz Maciel; 1° Adjunto: Cidalgo Chi-
nasque; 2° Adjunto: Walber F. Torres; Di-
retor de Esportes: Eliane Pazelo; 1° Ad-
junto: Alberto Mileo Filho; 2° Adjunto:
Dalva Schaich; 3° Adjunto: Fernando
Knaicth Júnior; Responsável pelo Tênis:
Ariel T. Dallabona; Divulgação: Luiz Car-
los Muller; Diretor Náutico: Geodomim Cu-
nha; 1° Adjunto: Italo Damiansk; Diretor
de Vela: Ivan Tabatello Filho; 1° Adjunto:
Aluyr Villas Boas; 2° Adjunto: Henrique
dos Santos; Diretor de Patrimônio: Roberto
E. Todeschini; Adjunto: Ney B. Torres; Di-
retor de Sede: Agenor Baggio; Adjunto: Lu-
cio C. Mora; Comunicações: José E. D.
Olesko; Adjunto: José Alvim Serenec; Jurí-
dico: Gerônimo de A. Maranhão; Diretor de
Marina: César C. Gilvomeister.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, aos Excelentíssimos Senhores Deputado Durval Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Mui Digno Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de Cr\$ 128.860.000,00 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta mil cruzeiros) equivalentes a 5.128,48 (cinco mil, cento e vinte e oito) UFIR, para a aquisição de equipamentos visando a melhoria da infra-estrutura da cozinha da Casa do Estudante Universitário Ponta-grossense.

A Casa do Estudante Universitário Ponta-grossense é uma entidade beneficente que, há mais de 30 anos, apóia estudantes universitários carentes, oriundos das mais diversas regiões do país, oferecendo alimentação, moradia, atividades desportivas, culturais e de integração social.

O problema da Casa do Estudante Universitário Ponta-grossense é a cozinha - tanto no que diz respeito à higiene quanto à funcionalidade - uma vez que atende, atualmente, mais de cinquenta moradores.

Por isso, o atendimento ao presente pedido além de atender às exigências feitas pelos órgãos de fiscalização sanitária, fará com que melhore o nível de alimentação oferecida aos beneficiados.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e Indústria e Comércio, para que aquelas autoridades tomem conhecimento das reivindicações da Câmara Municipal de Assaí.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando a implantação de um Posto de Saúde no Distrito de Santa Margarida, Município de Bela Vista do Paraíso/Pr.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Posto de Saúde, objeto do presente requerimento é uma necessidade urgente.

O Distrito em questão, Santa Margarida Município de Bela Vista do Paraíso, tem uma população de aproximadamente 5.000 (cinco mil) habitantes, que na sua maioria é composta de pessoas de baixo poder aquisitivo, e muitas delas não têm condições nem para se deslocarem até Bela Vista do Paraíso em busca de atendimento.

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação do ensino de 2° grau no Grupo Escolar Presidente Vargas, situado no Distrito de Santa Margarida, Município de Bela Vista do Paraíso-Pr.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Margarida tem uma população de aproximadamente 5.000 (cinco mil) habitantes, cujos alunos do 2° grau têm que se deslocar até Bela Vista do Paraíso, isto é, quando encontram vaga, perfazendo uma distância de 7 quilômetros diariamente, na tentativa de concluir seus estudos.

REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando reforma no muro que desmoronou, do Grupo Escolar Presidente Vargas, situado no Distrito de Santa Margarida, Município de Bela Vista do Paraíso-Pr.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A reforma do muro, objeto do presente requerimento é uma necessidade urgente.

O Grupo Escolar em questão, Presidente Vargas, sem o seu muro de proteção fica à mercê da entrada de pessoas estranhas aos alunos, deixando-os expostos a muitos riscos.

Este fato vem deixando toda a comunidade e professores apreensivos, pois é praticamente impossível controlar o trânsito de pessoas nas condições em que o muro está.

REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar, e ao Coronel Eugênio Semmern, Comandante da Divisão do Interior, da mesma corporação, no sentido de liberarem recursos para a compra de armamentos no 9° Batalhão da Polícia Militar, com sede em Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

De muitos anos que, os componentes do 9° Batalhão da Polícia Militar com sede em Paranaguá, dão atendimentos policiais-militares às cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Matinhos, Morretes e Guaratuba, e ainda mantém um serviço permanente junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com isso utilizando-se anualmente de um estoque grande de armamentos e materiais bélicos complementares.

Na atualidade - embora realize um bom serviço em todas as cidades da microrregião - o 9° Batalhão da Polícia Militar, sente a necessidade de mais materiais e armamentos, já que em patrulhamentos "blitz" e ainda em serviços permanentes de perseguições a criminosos gasta munições e alguns armamentos ficam danificados, (fato circunstancial pelos anos e uso).

Por isso solicitamos que sejam enviados correspondências para: coronel Miguel

Curitiba, terça, em 22.06.93

Arcanjo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, nesta Capital, e ao Coronel Eugênio Semmern, Comandante da Divisão do Interior, solicitando liberação de Recursos para que o 9° Batalhão da Polícia Militar, possa adquirir armamentos.

REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jamil Hadad, Digníssimo Ministro da Saúde, solicitando a Liberação de um auxílio financeiro à Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos hospitalares de todo o Brasil, vivem momentos dos mais difíceis dos últimos anos, quando os valores pagos pela Previdência Social de internamentos e alimentações, não refletem o custo real das despesas existentes diariamente.

Além disso, os atrasos nos pagamentos em mais de 90 dias, alteram a estrutura de qualquer hospital, especialmente aqueles que se dedicam a filantropia, como a secular Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, que ainda mantém um atendimento diário com um Pronto Socorro.

Saliente-se ainda, que esse nosocômio nesses anos todos, vem atendendo também as cidades de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, não só com internações, mas ainda exames médicos e outros complementares.

O Ministro da Saúde, através de seus diferentes setores tem condições de auxiliar a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, através de convênios, ou mesmo com recursos específicos para manutenção ou compra de equipamentos.

Por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jamil Hadad, Digníssimo Ministro da Saúde, com a maior brevidade possível, solicitando a liberação de um auxílio financeiro, no sentido que a Santa Casa de Misericórdia possa continuar atendendo as pessoas carentes de Paranaguá e de toda a região do Litoral.

REQUERIMENTO N° 2114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário do Meio Ambiente, e

Presidente do Instituto Ambientalista do Paraná - IAP, solicitando que técnicos daqueles dois órgãos, realizem a elaboração de um Projeto de Meio Ambiente para o Município de Piên - Pr.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Piên, a exemplo de vários municípios de nosso Estado, não dispõe de recursos para a elaboração de um projeto técnico de meio ambiente, pelos altos custos, em função de não terem disponibilidades financeiras.

Pela sua essencialidade agrícola com crescimento ainda na pecuária, o município necessita desse projeto, com isso ampliando o processo econômico e social, através de um trabalho que está sendo realizado pelo Prefeito Ney José Ciupka, com outros projetos, em áreas diferenciadas, mas que têm implicações com o meio ambiente daquela cidade.

Diante dos fatos e como fator de prosperidade ao município, solicitamos, que seja enviado ao Doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Instituto Ambientalista do Paraná - IAP, solicitando a designação de técnicos da Secretaria, no sentido de elaborarem um Projeto de Meio Ambiente para o município de Piên.

REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a construção do centro de lazer, na localidade de Rio do Nunes.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

De muitos anos, o Rio do Nunes tem sido um dos locais mais procurados pelos amantes da natureza em suas diferentes áreas de atuação e com isso movimentando aquela localidade, porém existe a necessidade de serem introduzidos vários melhoramentos, com a transformação num centro de lazer, e com isso oferecendo aos visitantes novas opções e ampliando a movimentação de toda a estrutura comercial de Antonina, hoje obrigada a investir publicitariamente com apoio da iniciativa no setor de turismo.

Diante desses fatos, solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário

do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a construção do Centro de Lazer no Rio do Nunes, município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente do Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Saúde, solicitando a liberação de recursos para a construção de um hospital com 16 leitos, no Município de Porto Amazonas-Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Setor de Saúde, é de vital importância para o desenvolvimento do município, especialmente o relacionado com internamentos hospitalares em função da distância entre Porto Amazonas e a Capital, e nos casos de emergência a situação fica complicada. A Prefeitura Municipal, em hipótese alguma tem condições de construir um estabelecimento hospitalar, porém o Prefeito Leonaldo Gomes da Costa, necessita, em seu município, de um hospital mantido pelo município, e por consequência solicitamos que seja enviado correspondência ao Exmo. Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado de Saúde Pública, solicitando a construção de um hospital com 16 leitos no município de Porto Amazonas.

REQUERIMENTO N° 2117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Exmo. Dr. José Moacir Favetti, solicitando a construção de uma delegacia no Distrito de Alexandra, Município de Paranaguá-Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O aumento populacional do Distrito de Alexandra, localizado no município de Paranaguá, faz com que os setores públicos tenham necessidade de realizar investimentos em favor da população, e hoje uma das reivindicações é a construção de uma Delegacia de Polícia, onde a título de contribuição a Prefeitura Municipal de Paranaguá, por certo, conseguirá realizar a doação de um terreno, patrocinada pelo município.

Nesse sentido solicitamos que seja endereçado expediente ao Exmo. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando a construção de uma Delegacia de Polícia no Distrito de Alexandra, Município de

REQUERIMENTO N° 2118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Faria Sobrinho, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Joaquim da S. Mafra, no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Grajaú, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual de Barreiros, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Super-

Curitiba, terça, em 22.06.93

rintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Professor Arlindo de Castro, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Oswaldo Cruz, no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da Telepar, solicitando a inclusão do município de Campo Mourão, no plano de desenvolvimento e expansão da telefonia celular do Estado do Paraná, ainda no presente exercício de 1993.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Ao tomar conhecimento de projeto de expansão da telefonia celular no Estado do Paraná, desenvolvido pela Telepar a vários municípios, não poderíamos deixar de incluir o Município de Campo Mourão, que ostenta sem dúvida alguma posição de destaque no contexto de desenvolvimento do Estado.

Cidade pólo de importante microrregião do Paraná, ocupa expressiva posição no atual estágio de desenvolvimento regional, em especial no setor da agroindústria, pois sedia a COAMO, maior cooperativa de grãos da América do Sul.

REQUERIMENTO N° 2129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao engenheiro Celso Fernandes Ribeiro, Engenheiro Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Paraná, solicitando a execução de obras de construção de redutores de velocidade (lombadas), no trecho da BR-369, compreendidos entre o acesso ao Distrito de Rio Verde e o Posto e Churrascaria Fór-

mula 3, no Município de Juranda, com distanciamento mínimo entre os redutores de 150 metros.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Diariamente os veículos de comunicação do Estado e do país, nos dão conhecimento de tragédias nas rodovias brasileiras, decorrentes na grande maioria da precariedade de seus estados de conservação e da imprudência dos motoristas e usuários.

A BR-369, no trecho referido corta o município de Juranda em seu perímetro urbano e, tem sido palco de inúmeros acidentes e atropelamentos, inclusive com perda de vidas.

O abuso e o excesso de velocidade com que os veículos cruzam aquele trecho rodoviário, têm trazido constante intranquilidade e insegurança à população e ao comércio local, razão pela qual esperamos que a presente solicitação venha a ser atendida por parte do distrito rodoviário do DNER em nosso Estado, sob pena da população de Juranda tomar medidas drásticas como por exemplo o fechamento daquele trecho da rodovia.

REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando as providências adiante especificadas, para a Escola Estadual Joana D'Arc Ensino de 1º Grau, do Município de Araruna.

1) Obras físicas.

- a. construção de 04 salas de aula;
- b. construção do refeitório com cozinha;
- c. construção de área coberta;
- d. construção de área administrativa, salas de professores, secretaria, orientação e diretoria.

2) Materiais permanentes.

- a) acervo bibliográfico;
- b) bebedouros (02) - 04 armários de aço, 04 arquivos de aço, 02 armários p/cozinha, 01 mesa e 01 armário p/ cozinha, 01 fogão industrial c/ 04 bocas, 02 máquinas de escrever, 01 linha telefônica, fitas de vídeo com filmes educativos e um mimeógrafo a tinta.

3) Um automóvel ou similar, para deslocamento e transporte dos professores da sede do município até a escola.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

É direito do cidadão e dever do Estado o acesso ao ensino público gratuito. En-

tretanto, tal dispositivo constitucional, na grande maioria dos municípios brasileiros e paranaenses é letra morta.

Tal realidade constata-se diariamente e constitui lastimável realidade também no Paraná. A Escola Estadual Joana D'Arc Ensino de 1º Grau (de 5ª a 8ª séries), no Município de Araruna, vive esta triste realidade.

Pertencente ao município, foi estadualizada em 1.992. Localizada a 25 quilômetros da sede do município, trabalhando em conjunto com a Escola Municipal Vicente de Oliveira, Ensino de 1º Grau, do pré-primário à 4ª série, encontra sérias dificuldades para seu funcionamento e prestação das finalidades para qual foram criadas.

Imensas são as dificuldades, pois, integrante de distrito pequeno, sua infância e juventude têm profunda sede e determinação de aprender, e para tanto é necessário o mínimo de condição material.

O elenco de solicitações constante do presente requerimento, dá o quadro de sua realidade, razão pela qual espera-se que as autoridades responsáveis do ensino no Estado do Paraná, tomem as medidas que se fazem necessárias, dando cumprimento às suas atribuições e à verdadeira razão da existência e das finalidades do Estado.

REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expedientes dirigidos às direções regionais do SENAC, SESI, SESC e SENAR, solicitando estudos objetivando a instalação de escolas de formação profissionalizante para a sede do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As cidades de pequeno porte, especialmente as que têm como sua base econômica a agricultura, limitam muito às perspectivas de vida e o mercado de trabalho de seus jovens.

Há já bastante tempo ressentem-se de outras alternativas, somente possíveis de viabilização através da implantação de cursos e escolas profissionalizantes e de formação de mão-de-obra especializada.

O atendimento a esta justa pretensão, constituirá o atendimento voltado à realidade das cidades interioranas do Estado do Paraná, propiciando a criação e a formação de mão-de-obra altamente especializada e a geração de novas perspectivas de mercado de trabalho, com a instalação futuramente na cidade e nos municípios da região, de

indústrias ligadas à exploração da cultura local, contribuindo de forma decisiva para a solução de graves problemas econômico-sociais, além da melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas especificadas para o setor de segurança pública do Município de Fênix.

- 1) - Reforma do prédio da delegacia;
- 2) - Munição e armamento para os policiais daquela delegacia.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix integra o Estado que representa o Brasil que deu certo. Conhecida como cidade histórica do Paraná, Fênix hoje, necessita de obras urgentes de reforma e manutenção do prédio de sua delegacia de polícia. Sua atual estrutura não oferece nenhuma segurança aos detentos que lá se encontram e, via de consequência a população e comunidade em geral.

Como se não bastasse, no momento não dispõe também, nem de armamento, nem de munição, material indispensável ao desenvolvimento de sua atividade.

Temos certeza entretanto que, ao tomar conhecimento da realidade da área da segurança pública de Fênix, o Senhor Secretário de Segurança determinará as providências objetivando sua solução.

REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adoção de medidas afetas à sua pasta, para o município de Fênix, conforme a seguir especifica.

- 1) - Criação de um matadouro municipal;
- 2) - Pavilhões para feira agropecuária com cobertura;
- 3) - Estufas para horta comunitária.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os pedidos, as pretensões contidas no presente requerimento nos foram formuladas pelos pequenos produtores daquele município, que não dispõem, mas necessitam do

Curitiba, terça, em 22.06.93

apoio fundamental e indispensável do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para o fortalecimento da agricultura local.

Hoje, são inúmeros e importantes os projetos desenvolvidos pela Pasta da Agricultura, sob a eficiente e reconhecida gestão, do técnico e estudioso da questão Secretário de Estado Osmar Dias.

Assim sendo, nada mais justo que aquele órgão da administração pública do Estado, através de sua eficiente equipe de colaboradores, atenda às justas reivindicações dos pequenos produtores daquele município, que com seu perseverante trabalho muito contribuem para que o nosso Estado assuma o conceito de celeiro agrícola da Nação.

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas afetas à sua pasta, conforme adiante especifica para o município de Fênix.

- 1 - Uma ambulância;
- 2 - Medicamentos;
- 3 - Reagentes para exames laboratoriais;
- 4 - Medidor de pressão arterial;
- 5 - Aparelho de raio-X;
- 6 - Nebulizadores;
- 7 - Equipamentos para a área de otorrinolaringologia.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os pedidos motivadores do presente expediente, são decorrentes da necessidade da área médica da comunidade de Fênix.

A melhoria do sistema de saúde a ser prestado àquela comunidade deve ser urgente, a saúde pública local é crítica, decorrente da falta de recursos e de equipamentos.

População composta na sua grande maioria por pequenos agricultores e por bóias-fria, dependem totalmente do poder público para o atendimento de todas as questões da saúde.

O alto custo do atendimento médico do país, torna-se um bem pessoal inacessível às camadas mais carentes da população, razão pela qual, esperamos urgentes providências por parte da Secretaria de Estado da Saúde, nas questões que lhe são afetas.

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a elaboração de um plano para a preservação do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O parque referenciado constitui uma das maiores atrações turísticas do Estado e da região de Campo Mourão. O parque possui lago, área de lazer, um museu sítio arqueológico, com vestígios da colonização espanhola no início do século XVI. Hoje o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, não possui estrutura para atender inúmeros turistas das mais variadas e diversas regiões do Estado e do País, necessitando de investimentos para a sua preservação e para a exploração correta do seu potencial turístico, histórico-cultural e ecológico.

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de quadra poliesportiva coberta, na sede do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A gravidade da crise social vivenciada pelo povo brasileiro, em muito tem contribuído para o aumento dos índices da marginalização das classes mais carentes. A impossibilidade de acesso ao estudo, ao mercado de trabalho, impele-os quase que inconscientemente ao desvirtuamento e ao caminho turtuoso.

A juventude de Fênix, tem tido poucas oportunidades para o desenvolvimento de suas aptidões no campo do desporto, com alternativas mínimas do campo do esporte e lazer e no desenvolvimento de seu estado físico.

A construção de uma quadra poliesportiva coberta, propiciará à juventude daquela comunidade, o desenvolvimento de suas aptidões nas diversas modalidades esportivas, sob qualquer contingência climática.

REQUERIMENTO N° 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando as providências que especifica na área educacional para o Município de Fênix.

1 - Aquisição de 03 ônibus para o transporte de alunos do ensino básico;

2 - Acervo bibliográfico e uma máquina de escrever, para a Biblioteca Pública Municipal.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com uma população estudantil aproximada de 300 alunos residentes na área rural do município, Fênix que conta atualmente com três ônibus e apenas dois funcionando e necessita que o Estado, através da pasta especializada destine recursos à aquisição de, no mínimo, mais três ônibus.

A Biblioteca Municipal de Fênix, única no município, atende toda a população estudantil do município, em torno de 800 alunos. Seu acervo bibliográfico está desatualizado, contendo poucas obras literárias, impedindo aos alunos o acesso às informações e à atualização de seus conhecimentos. Funcionando precariamente, não possui sequer uma máquina datilográfica; funciona em prédio de madeira, o que coloca em risco o acervo lá existente.

Isto posto, espera-se do Sr. Secretário da Educação as reivindicações aqui constantes uma vez que representam o mínimo das necessidades da área da educação daquele município.

REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Durval do Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a adoção das providências adiante especificadas para o município de Fênix.

1 - Recursos para a conclusão das obras do CEMIC-Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade;

2 - Construção de um local para sediar a creche da localidade de Vila Nova.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix em que pese o empenho de sua laboriosa comunidade e autoridades locais, conta com apenas uma única creche, e não dispõe mais de capacidade de atendimento ao menor daquela localidade.

A obra de construção do CEMIC-Centro de Estudo do Menor e Integração à Comuni-

dade, encontram-se paralisadas há um ano, em decorrência da falta de recursos provenientes do Estado e do orçamento do município. Dependendo apenas da conclusão da cobertura da laje, esquadrias e acabamento, se concluída resolverá o problema da menoridade carente, trazendo benefícios à comunidade e todo o contingente de carentes daquele município.

Fênix tem em seu contingente populacional, considerável parcela de bóias-frias que diariamente deslocam-se para as propriedades rurais na luta por sua sobrevivência e dos seus familiares.

Naturalmente necessitam de local apropriado para deixarem seus filhos menores, evitando o risco diário de deixá-los abandonados, sob a responsabilidade de filhos maiores com no máximo entre sete e dez anos de idade, com o risco constante de acidentes e imprevistos.

A construção de uma creche na localidade de Vila Nova, seria de grande contribuição para o trabalhador rural desprovido da mínima proteção do Estado.

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que se autorizar, através do Departamento de Estrada e Rodagem a liberação por 10 (dez) dias das máquinas de terraplanagem - patrulha mecanizada para atender a Prefeitura do Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Cafezal do Sul, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamentais e políticas do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube

Curitiba, terça, em 22.06.93

do Irmão Caçula e que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes, oriundas do campo que habitando as periferias da cidade, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Alto Piquiri, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamentais e políticas do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula e que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes, oriundas do campo que habitando as periferias da cidade, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2154

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder Legislativo ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando as providências necessárias para aceleração do ritmo de obras nas escolas estaduais, Arlindo Amorim e John Kennedy, nesta Capital, a fim de que sejam entregues à comunidade para o próximo ano.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

(a) JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes problemas da educação brasileira é a falta de espaço físico ade-

quando com pessoal e material para atendimento à população em idade escolar.

Todos os anos é possível verificar o drama de milhares de famílias em busca de uma vaga nas escolas públicas. Nesses períodos há uma expectativa dolorosa de que crianças deixarão de frequentar os bancos escolares por falta de vagas.

Nesse quadro é preocupante verificar a desativação de estabelecimentos de ensino, porque, não conservados adequadamente ao longo dos anos, acabaram sendo condenados à demolição.

Este é o caso da Escola Estadual John Kennedy, que teve suas classes desativadas no final do ano passado e aguarda elaboração de projetos arquitetônicos e realização de licitação para as obras de construção de um novo prédio.

Já a Escola Estadual Arlindo Amorim teve suas obras paralisadas há alguns meses, sendo suas instalações ocupadas por marginais e desocupados que acabam ameaçando a segurança da população local.

Por informação da FUNDEPAR chegou ao conhecimento deste Parlamentar que as obras foram paralisadas por incapacidade da empresa contratada.

Diante disso e tendo em vista a necessidade de concluir esse espaço para ofertar mais vagas escolares à população de Curitiba, encarecemos providências urgentes da Secretaria de Educação quanto aos casos apontados.

REQUERIMENTO N° 2100

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja solicitado informações do Excelentíssimo Senhor Doutor Olivir Gabardo, DD. Ouvidor-Geral do Estado.

Se: todos os Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado, Diretores Gerais das Secretarias, os dirigentes dos Órgãos de Regime Especial, e o corpo diretivo das Autarquias das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, vêm cumprindo, em sua totalidade, os dispositivos do Decreto n° 645, de 07.08.91, baixado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Se: tendo havido descumprimento, quais os investidos que assim procederam e que providências tomou a Ouvidoria.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2151

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e com fundamento no art. 90, V, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER,

o encaminhamento ao Governo do Estado, do seguinte pedido de informação:

1. O serviço de segurança, que vem sendo prestado pela Polícia Militar do Estado, ao BANESTADO, quantos homens são empregados no total?

2. O serviço de segurança ao BANESTADO, é prestado a todas as agências do Estado e aos órgãos de administração? (Número de agências e órgãos da administração).

3. O serviço de segurança é prestado durante 24 horas? Ou período diferente? Qual e em quantos turnos se divide o período diário?

4. Existe um contrato entre o Governo do Estado do Paraná e o BANESTADO para prestação desse serviço?

5. Se existe contrato, ou convênio, em que termos foi assinado? (Solicita-se cópia do mesmo).

6. Qual o custo mensal, para o Estado, da prestação desse serviço de segurança ao BANESTADO, pela Polícia Militar do Estado: em salários, férias, licença médica, 13° salário e outras vantagens dos policiais militares à disposição do BANESTADO?

7. O BANESTADO tem seu capital dividido e quotas. Qual o percentual pertencente ao Estado do Paraná e qual o pertencente a particulares?

8. Qual a economia do BANESTADO obtida com a dispensa de segurança particular e a prestação pela PMPR?

9. A imprensa tem divulgado - através de informes do Governo do Estado - que o BANESTADO é hoje uma empresa que vem gerando grandes lucros. A quem reverterem esses lucros: ao Estado e demais acionistas? Ou a quem?

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos anais desta Casa, da carta "A Verdade sobre o SUS no Paraná", do Deputado Federal Delcino Tavares.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 282/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todos aqueles que habitam e trabalham diretamente no imóvel rural desapropriado por necessidade ou utilidade pública, incluindo-se os pequenos proprietários, os posseiros, os assalariados, os parceiros, os arrendatários e assemelha-

dos, além das indenizações a que fazem jus, serão reassentados pelo expropriante em outras áreas que ofereçam as mesmas condições de fertilidade e situadas, de preferência, no mesmo município.

Parágrafo Único - A autorização para proceder à desapropriação de que se trata este artigo, será efetuada após a aprovação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do projeto de reassentamento dos ocupantes do imóvel desapropriado.

Art. 2º - A indenização das benfeitorias realizadas aos posseiros, arrendatários, parceiros e assemelhados será entregue a eles diretamente pelo expropriante e não através do proprietário do imóvel expropriado.

Art. 3º - O imóvel para assentamento deve ser escolhido de comum acordo entre o expropriante e o desapropriado.

Art. 4º - O imóvel para reassentamento, se constatado como latifúndio, deverá também ser desapropriado por interesse social e pago com TDA's ou conforme manda a lei.

Art. 5º - As famílias reassentadas deverão receber além da quantidade de terra para sua sobrevivência, toda a infraestrutura necessária como: estradas, luz, água, casa, benfeitorias de apoio, benfeitorias comunitárias e suporte de escola, de saúde, comunicação e transporte.

Art. 6º - No caso das famílias a serem assentadas optarem por receber suas benfeitorias novas no reassentamento, não deverão receber indenização pelas antigas benfeitorias existentes na área desapropriada.

Art. 7º - A família reassentada deverá receber uma ajuda para manutenção familiar, até colher a primeira safra agrícola na nova terra.

Art. 8º - Caso a desapropriação seja para a construção de uma obra, a mesma só poderá ser iniciada após a conclusão do processo de indenização e reassentamento das famílias afetadas.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI N° 283/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, terça, em 22.06.93

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Telêmaco Borba, é uma progressista cidade da Região dos Campos Gerais.

Com aproximadamente setenta mil habitantes, mais de 40% de sua população é composta pelo sexo feminino.

Constituindo-se uma força essencial e uma coadjuvante indispensável ao homem, a mulher Telêmaco-borbense está lado a lado participando no mercado de trabalho empresarial e comunitário, e dando sua parcela de contribuição ao desenvolvimento do município.

Apesar disso, ela ainda sofre toda sorte de humilhações e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral, provocados por preconceitos que renegam sua independência e sua participação igualitária à masculina na sociedade ativa.

Assim, mister é ampará-la com um órgão especial e indispensável como a Delegacia da Mulher que, pelas características peculiares, certamente, garantirá a defesa de seus direitos essenciais e constitucionais e a protegerá de qualquer tipo de agressão ou discriminação, em especial da masculina.

PROJETO DE LEI N° 284/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica expressamente proibida no âmbito do território do Estado do Paraná, a caça sob qualquer pretexto, em todas as modalidades e por quaisquer meios empregados.

Art. 2º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

Caça: o ato de perseguir, surpreender ou atrair animais da fauna silvestre, bem como pombos domésticos com o intuito de abate-los ou capturá-los feridos;

Fauna Silvestre: os animais de quaisquer espécies, qualquer que seja a sua procedência e fase de seu desenvolvimento e que vivam naturalmente em estado selvagem fora do cativeiro;

Animais Nocivos: os animais da fauna silvestre manifestamente prejudiciais à saúde pública.

Art. 3º - Não se compreendem na proibição do art. 1º:

a) A caça de animal nocivo não integrante da lista oficial de espécies raras ou ameaçadas de extinção, elaborada pelo órgão competente, desde que empreendida sem qualquer finalidade comercial.

b) O abate de animais silvestres, para evitar o sofrimento desnecessário quando

feridos de morte e os acometidos de doenças graves incuráveis ou portadores de deficiência congênita, que lhes proporcione existência penosa.

Art. 4º - A conduta e atividade que importem transgressão aos dispositivos desta lei sujeitarão o infrator à apreensão e perda das armas, instrumentos venatórios e animais caçados, seguida de multa a ser definida pelo Poder Executivo do Estado quando da regulamentação desta lei, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 1º - Os produtos perecíveis apreendidos deverão ser doados às instituições de beneficência, hospitais, populações de baixa renda e a instituições científicas.

§ 2º - Os recursos decorrentes da aplicação das sanções previstas neste artigo, serão aplicados prioritariamente, em projetos e programas de repressão à caça, de preservação da natureza e de melhoria da qualidade ambiental do Estado.

Art. 5º - O Poder Público através das autoridades e órgãos competentes, exercerá a vigilância e punirá os infratores desta lei.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei viabilizando sua executibilidade no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão, trata da proibição da caça no território do Estado, e visa constituir instrumento de preservação das espécies animais silvestres do Paraná, evitando sua total destruição.

A Carta Magna do Estado, em seu artigo 207, do capítulo referente ao Meio Ambiente, em seu inciso XIV reza - "proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade", este é o objetivo do presente plano de lei.

A não existência de lei federal sobre normas gerais, defere aos Estados a competência legislativa, para o atendimento de suas peculiaridades regionais a respeito da matéria.

O ideal seria que leis desta espécie fossem desnecessárias. Entretanto, considerando que nem todos atingiram o estágio de conscientização e da importância da preservação das espécies animais, em especial as que correm o iminente risco de ex-

tinção, nos impõem a apresentação do presente projeto, que dada a grandeza de sua intenção merece a aprovação desta Casa e a sanção do Senhor Chefe do Poder Executivo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 285/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado do Paraná, oferecerão estágio supervisionado educativo e profissionalizante a menores na faixa etária compreendida entre os 14 e os 18 anos incompletos, em suas respectivas áreas de interesse, com duração mínima de um (01) ano, prorrogável por mais um período, em número de vagas nunca inferior a 5% (cinco por cento) do corpo funcional da instituição.

Art. 2º - O estágio referido no artigo anterior deverá ser remunerado, e o acesso se dará por meio de seleção pública, preenchidos os requisitos mínimos de escolaridade que as empresas fixarão e, que, posteriormente à publicação da presente lei deverão ser regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O instrumento do estágio supervisionado com objetivo profissionalizante dos jovens da faixa etária proposta, além de educativo poderá se transformar em eficiente mecanismo de formação e capacitação profissional de estudantes, permitindo e facilitando sua inserção, através de melhores e maiores perspectivas, no mercado de trabalho, em nossos dias arduamente disputado.

Entendido o alto espírito e a intenção do presente projeto, constitutivo da associação do interesse do jovem com a real finalidade do Estado - que é a efficientização de seus serviços - esperamos que o presente plano conte com o apoio e a aprovação dos nobres pares que integram esta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 286/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentas da tributação do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de transporte interest-

dual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, as operações internas que se configurem em doação, por parte do contribuinte, para:

I - a pessoa jurídica de direito público;

II - a pessoa jurídica de direito privado, declarada de Utilidade Pública;

III - o atendimento a situações declaradas de calamidade pública por ato da autoridade competente.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, para efeitos de sua aplicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.93.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora levamos à apreciação desta Casa prescinde, por si só, de maiores explicações no que refere ao seu sentido e alcance. Basicamente se trata de uma questão de equidade, fundada na existência do princípio de que o Estado tem como finalidade precípua a promoção do bem comum e ostenta a condição de sujeito ativo do crédito tributário.

Se, na busca desse objetivo, o Estado, apesar de capacidade arrecadadora, não é capaz de gerar os meios suficientes e precisa se valer da condescendência do cidadão, sujeito passivo da obrigação tributária, deve então eximir-se do direito de tributar.

Acrescente-se a isso tratar-se de um incentivo à prática de atos que, além de proverem as necessidades, importam também no desenvolvimento de um maior espírito de solidariedade.

Assim sendo, encaremos a atenção e o apoio dos Senhores Deputados, para uma medida que se reveste da mais alta importância social.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados do Partido, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as condições de trabalho no

Curitiba, terça, em 22.06.93

campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome da Senhora Deputada e do Senhor Deputado do Partido, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados do Partido, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para comporem as seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito: CPI da Evasão Tributária referente a atividade petroleira; CPI das Mensalidades Escolares; CPI das Violações dos Direitos de Menores e Trabalhadores Bóias-Frias; CPI das Invasões Agrícolas e Urbanas; CPI da Fazenda Santana. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados do Partido, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. Retirado pelo autor.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando seu nome, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. Retirado pelo autor.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 próximo passado, em função de estar acompanhando o Excelentíssimo Senhor Secretário José Tavares, em sua visita ao Município de Castro. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, antes de entrar na Ordem do Dia, e tendo em vista o questionamento que foi formalizado pelo Deputado Algaci Túlio, dá ciência de que o seu pedido de informações com referência à Colônia Apertados, Itararé Imobiliária e Colonizadora, foi encaminhado, por esta Presidência ao Senhor Governador no dia 10 de maio, dele obtendo resposta que foi protocolada nesta Assembléia Legislativa no dia 14/06, despachada pelo Presidente no dia 14/06 à Diretoria Administrativa para dar ciência ao Senhor Deputado, autor da proposta. A mesma tramitou, está aqui conosco e será encaminhada e entregue neste momento ao Deputado Algaci Túlio.

Registrando-se com isso que em nenhum momento esta Presidência omitiu qualquer tipo de informação como ensejou se manifestar o jornal do Estado com sede nesta Cidade de Curitiba.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição N° 021/93, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 188/93, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que fixa, conforme especifica, vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, do cargo de Auditor e do cargo de Procurador junto ao mesmo Tribunal, e dá outras providências. Com relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 082/93

Curitiba, 27 de maio de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 83/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art.71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 188/93, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a fixação, nos valores que especifica e a partir das datas que menciona, os vencimentos dos Procuradores junto ao Tribunal de Contas

do Estado e dos Auditores do mesmo Tribunal, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 3°.

O não acolhimento ao mencionado artigo 3°, decorre do fato de as disposições nele contidas terem sido consideradas contrárias aos superiores interesses públicos, conforme pronunciamento conjunto da Secretaria de Estado da Administração e da Procuradoria-Geral do Estado, onde foi asseverado que:

"O art. 3° institui uma gratificação de 15%, a título de representação, aos Conselheiros Superintendentes das 7 (sete) Inspetorias de Controle Externo.

Como a gratificação é inacumulável com outras de mesmo gênero, ficarão excluídos da percepção o Presidente do TC, o Vice-Presidente e o Corregedor.

No entanto, com essa gratificação os Conselheiros passarão a ter remuneração maior que Desembargador.

A antiga IOMAN (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) previa uma gratificação de 15% (quinze por cento) para Desembargadores que tinham participação em Câmaras ou Conselho Superior da Magistratura.

A verba de representação de 170% (cento e setenta por cento), hoje existente, absorveu este tipo de gratificação.

Assim sendo, opinamos pelo veto do art. 3°".

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO PARCIAL APOSTO AO
PROJETO DE LEI N° 188/93

P A R E C E R:

A Proposição nº 21/93, conforme ofício DTL/SAT 82/93, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 188/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dispõe o plano de lei ora sendo examinado por este relator, sobre a fixação, nos valores que especifica e a partir das datas que menciona, os vencimentos dos Procuradores Junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dos Auditores do mesmo Tribunal.

O veto parcial apostado, incidiu sobre as disposições do Art. 3°, pois seu conteúdo foi considerado contrário aos superiores interesses públicos, conforme pronunciamento conjunto da Secretaria de Estado da Administração e da Procuradoria Geral do Estado.

Também como resultado da análise proferida, constatou-se que o veto parcial

aposto, ocorreu em perfeita consonância com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos os dispositivos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Esta Presidência lembra aos Senhores Deputados que forem favoráveis à aprovação do veto parcial, deverão se manifestar votando com a cédula "sim". Os que forem contrários ao veto parcial deverão se manifestar utilizando-se da cédula "não".

Para que o veto parcial seja derrubado, faz-se necessário a existência na urna de vinte e oito votos NAO.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para que processem a votação.

(É procedida a chamada nominal).

Designo uma Comissão composta pelos Deputados: Waldir Rossoni; Dalton Machuca; Alceu Swarowski para a contagem dos votos.

Quarenta e um votantes.

Branco: um.

SIM: vinte.

NAO: vinte.

Está mantido o veto parcial ao Artigo 3º do Projeto de Lei nº 188/93.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular financiados ou com recursos com orçamentos do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O. COM EMENDA DA C.F.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

Não havendo quem queira discutir, está em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação a Emenda.

Aprovado o Projeto e a Emenda.

O Projeto irá a 3ª discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza o Poder Executivo a criar uma escola para surdos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.

Curitiba, terça, em 22.06.93

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 30 de 08.04.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 113/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei nº 113/91, ora sendo examinado por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Alto Piquiri.

Da análise proferida, constatou-se que o presente plano de lei está em perfeita consonância com o disposto na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Por tal fato, emito o parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/92, de autoria do Deputado José Tavares, concessão de Título de Cidadania Honorária ao Sr. Zaki Khouri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 139 de 8.10.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 269/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 269/92, de autoria do nobre Deputado José Tavares, pugna pela concessão do título de Cidadão Honorário ao Sr. Zaki Khouri.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, e pelos termos do cumprimento da diligência solicitada, inexistem formalmente óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Solicitação de diligências ao autor do Projeto de Lei nº 269/92.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a relevância da pessoa do Sr. Zaki Khouri, a quem se pretende conceder o título de cidadão honorário paranaense, requer seja o projeto de lei em questão devolvido em diligência ao seu nobre pro-

ponente, Deputado José Tavares, a fim de que adequê o seu teor aos termos da Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967.

Sala das Sessões, em 19.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Registrar o voto contrário da Bancada do PT, porque no projeto não se publica o histórico e o currículo da pessoa que é homenageada nessa concessão.

Então nós, desconhecendo, registramos o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Atendimento ao Menor - ACRAM - Lar dos Meninos Nova Era. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 163 de 16.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 349/92

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã de Atendimento ao Menor - ACRAM - Lar dos Meninos Nova Era, com sede e foro no Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6.994, de 12/01/78, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública a Cruzada Evangelística Ide e Pregai, com sede e foro na Cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 172, de 01.12.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 411/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Sr. Deputado Lourenço Fregonese, tem o objetivo de declarar de Utilidade Pública a Cruzada Evangelística Ide e Pregai, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

A proposta em apreciação, já mereceu parecer desta distinta Comissão, relatado pelo nobre Sr. Deputado Ovídio Constantino, que solicitou diligências junto ao autor, para cumprimento dos dispositivos legais. Retornando a matéria para ultimador exame, constatamos que foram cumpridas todas as determinações da Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, estando a proposição em perfeitas condições de seguir a sua tramitação processual legislativa.

Nestas condições esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o CEMPAS - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social de Maripá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 37, de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 149/93

P A R E C E R:

A matéria em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o CEMPAS - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social, de Maripá, com sede e foro no Município de Maripá, Estado do Paraná.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual, legislativa, pois a proposta atende todos os requisitos determinados pela Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Vou registrar nosso voto contrário, em virtude de que esse projeto, na sua justificativa, diz que esta entidade é de direito privado. Diz aqui a justificativa do projeto: conforme provas, documentos anexos ao relatório de atividades, o CEMPAS é uma entidade civil de direito privado.

Então, nós, entendendo que uma entidade de direito privado não deve ser decla-

rada de utilidade pública, votamos contrariamente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Comunidade Evangélica de Libertação - CEL", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 38, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 153/93

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei n° 153/93, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, que visa declarar de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica de Libertação - CEL, com sede e foro na Cidade de Londrina, entidade de caráter cívico-religioso, filantrópica e beneficente e sem fins lucrativos, do ponto de vista constitucional e regimental, nada existe que impeça a sua tramitação normal, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

O projeto de lei em pauta, está com toda a documentação exigida pela Lei Estadual n° 6994/78, sendo a entidade inclusive declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n° 4729, de 03 de julho de 1991, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Cidade de Londrina.

Desta forma, damos o nosso parecer favorável à sua tramitação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 40, de 03.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 158/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 158/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso", com sede e foro no Município de Rio Negro.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender aos pressupostos da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Curitiba, terça, em 22.06.93

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/93, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que declara de Utilidade Pública a "Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 41, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 165/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Ilustre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/93, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica. Com PARECER da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 42, de 05.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 169/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a opinar quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2109, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2141 e 2108, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2146, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, do partido, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Só para conhecimento. O Deputado Colombino Grassano está indicando o Deputado Carlos Simões para uma Comissão? O Deputado Colombino Grassano pertence a qual agremiação política hoje?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa mais uma vez ao Plenário que, pelos registros que temos, ainda consta o Deputado Colombino Grassano como filiado ao Partido Liberal.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu pedi a Vossa Excelência para esclarecimento, porque, na verdade, o que nós ouvimos no noticiário jornalístico foi que o Deputado havia se filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Se tal informação for real, eu acho que não poderia ele fazer indicação. Seria importante que ele se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que até o presente momento não recebeu nenhuma informação, nenhum comunicado oficial dando conta da filiação do Deputado Colombino Grassano ao Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. NILTON BARBOSA - Então, Vossa Excelência tem que o Deputado Colombino Grassano ainda é o Líder do PL, com toda a estrutura de gabinete e etc.?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente.

O SR. NILTON BARBOSA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Retirado pelo autor.

Requerimento n.º 2101, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2104, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento n.º 2105, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No final da semana passada, a Folha de Londrina divulgou uma nota dizendo que havia grampos em telefones da Assembléia Legislativa. Ontem, este Parlamentar entrou com um pedido de esclarecimento à Mesa e quem presidia a Sessão de ontem, Deputado Hermas Brandão, negou-se a aceitar o requerimento deste Parlamentar.

Consulta à Mesa: o que a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa está fazendo no sentido de trazer informações aos Senhores Deputados, se o fato é verídico ou não, e por que a Mesa Executiva ontem não aceitou o requerimento deste Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O fato de não ter recebido o requerimento de V. Exa. deve - na nossa avaliação - ser porque o mesmo não preenchia os requisitos regimentais: outro motivo não vejo.

Agora, a Assembléia Legislativa, sempre que um assunto desta natureza chega ao seu conhecimento, toma as providências. E já estamos tomando as devidas providências para esclarecer essas notícias de que grampos estariam havendo nos telefones.

Oportunamente prestaremos contas dos resultados das investigações.

Requerimentos n.ºs 2106 e 2107, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Assembléia Legislativa.

Requerimento de n.º 2125, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do Expediente. **Em discussão.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Lamento profundamente, a decisão do Deputado Dr. Rosinha, uma vez em que ele teve a oportunidade de utilizar a tribuna desta Casa, por várias vezes, com relação às acusações ao Deputado Federal Delcino Tavares e lamento profundamente, ilustre Deputado, este comportamento antiético de V. Exa., uma vez que o Deputado Delcino democraticamente - como V. Exa. teve a oportunidade até demais, sem dúvida, por pertencer a esta Casa Legislativa e V. Exa. que criticou tanto - vem pedir para

discutir, para transferir a votação de uma carta enviada do Deputado Delcino a esta Casa, quando ele também nas suas prerrogativas parlamentares tem o seu direito de dizer aos Deputados desta Casa e ao povo do Paraná aquilo que ele foi junto à Secretaria de Saúde.

Então veja quanta incoerência por parte de V. Exa. quando muitas vezes V. Exa. requer à Casa transparência do Governo, pedidos de informações e ao mesmo tempo V. Exa. toma esse tipo de atitude.

Lamento profundamente, mas temos que seguir as determinações do Regimento Interno e tenho certeza que na próxima votação haverá na consciência de cada Deputado que compõe esta Casa, de dar o direito de liberdade de expressão do Deputado Delcino Tavares, da forma que justificou a esta Casa a maneira que foi acusado e ele tem o direito de defesa, como o partido de V. Exa. prega o direito de defesa nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu ouvi o que disse o Deputado Dirceu Manfrinato e ele alegou que tenho maior oportunidade do que Delcino Tavares de fazer uso da palavra e da tribuna nesta Casa, mas é claro, pois eu sou Deputado Estadual e assim ele tem maior direito de uso da palavra no Congresso Nacional.

Quanto à transparência que sempre exijo, continuarei exigindo. Não significa que pedir para discutir um requerimento eu esteja contra a transparência, não Sr. Deputado, é regimental, estou dentro dos meus direitos regimentais e não significa impedir o direito de liberdade de expressão do Deputado Delcino Tavares, em absoluto.

Tenho que tomar conhecimento do que se pede no requerimento, para assim poder saber se votarei favorável ou contrário, não estou impedindo e nem censurando ninguém e nem impedindo de falar; estou simplesmente exercendo o meu direito de parlamentar, direito esse expresso em todos os artigos do Regimento Interno e da Constituição Brasileira.

Não estou no atual momento impedindo ninguém de se manifestar neste Plenário, muito menos o Deputado Delcino Tavares, que aliás veio para cá naquele dia sabendo que aqui eu não estaria e todos os Srs. Deputados sabiam, uma vez que eu tentei transferir a data do depoimento, uma vez que eu estava impedido de estar presente e naquele seu depoimento, no qual eu disse na semana passada que faria as explicações amanhã, não o farei porque tem uma sessão solene e não uma sessão ordinária e aproveito a oportunidade, que eu fui providenciar documentos, solicito à Presidência da

Curitiba, terça, em 22.06.93

Assembléia Legislativa, que providencie todos os documentos da CPI constituída na época que Delcino Tavares era Secretário. Tal CPI presidida, conforme informações que eu tenho, primeiro pelo Deputado Haroldo Ferreira, depois pelo Deputado José Felinto e em terceiro lugar pelo Deputado Costenaro e que desejaria ter em mãos amanhã todos os documentos desta CPI, uma vez que não se encontram dentro desta Casa de Leis, pois eu fui procurar para tomar conhecimento e poder responder àquilo que foi dito por Delcino e então já aproveito e solicito à Mesa que providencie com urgência esses documentos, eles não existem dentro da Casa; desapareceram.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, Sr. Deputado, Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado Nilton Barbosa levantou uma questão de ordem, eu estava conversando com o Deputado Erondy a respeito de tramitação de matéria, neste Plenário, e não pude ouvir todo o pronunciamento do Sr. Deputado do Partido Progressista.

Quero informar V. Exa., embora já tenha ciência, mas quero relembrar a V. Exa., de que pertencço, ainda, ao Partido Liberal.

Não fiquei no Partido Liberal para usar as mordomias próprias da Liderança, porque não as uso, nesta Casa.

Apenas por uma questão de coerência e para que continue na Comissão de Justiça é que me faz protelar o ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro, apesar de votar permanentemente com esta Bancada, dar a ela o apoio do meu voto e também do meu trabalho.

Jamais a minha presença no Partido Liberal é para usufruir de um gabinete a mais ou de mais funcionários e usá-los a meu serviço, porque não os uso. Uso, sim, a serviço, também, do meu Partido.

Nestas condições, quero deixar aqui o meu desagravo, em função do pronunciamento do Deputado Nilton Barbosa, porque V. Exa. já respondeu, há pouco tempo, uma Questão de Ordem levantada, quando eu cedi o Horário do Partido Liberal a um Deputado desta Casa, para que completasse o seu discurso. E, argüido V. Exa., informou ao Plenário que nenhuma comunicação havia chegado à Mesa Diretora, com respeito à minha filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro. E, em consequência, a minha saída do Partido Liberal.

As coisas devem ficar bem claras, nesta Casa, para que não se julgue erroneamente as pessoas que procuram exercer o mandato com respeito e com dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Con-

cedemos a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tem um velho ditado que diz o seguinte: "quem não deve não teme". E eu não fiz nenhum discurso. Eu simplesmente questionei à Mesa quando V. Exa. dizia que o Deputado Colombino Grassano, Líder do PL, indicava o Deputado Carlos Simões para fazer parte das inter-Comissões.

Eu fiz esta pergunta, porque assim como o povo do Paraná, eu vi nos jornais estampada a foto do Deputado Colombino Grassano filiando-se ao PTB. Eu aceito, até, que o jornal tenha cometido erro. Eu só questionei V. Exa. por isso, porque fiquei surpreso quando, inclusive, no número de Parlamentares desta Casa se colocava o PTB com o número de nove Deputados. Então na verdade não é, porque o Deputado Colombino Grassano acaba de dizer que não se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Foi esta a indagação à Mesa. E, repetindo, "quem não deve, não teme". Eu não disse que o Deputado está usando a Liderança para usar cargos ou gabinetes a mais. Se está usando ou não está, isto é problema dele, porque ele que é Líder do Partido é que vai decidir se quer ou não usar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 2124, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2128 a 2138, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2112 a 2123, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2140 e 2110, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2142 a 2144, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2152 a 2154, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2100, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2151, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados para a sessão solene de outorga de título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Sra. Débora Amaral de Almeida Fernandes Dias, a realizar-se quarta-feira, dia 23, às quinze horas.

Marca ainda, uma sessão ordinária, para quinta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 038/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 113/91, 012, 033, 065, 269, 349, 411/92 e 149, 153, 158, 165, 169/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 198, 219/92 e 235, 262, 259/93; e do Projeto de Resolução n° 031/91.

Levanta-se a sessão.

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245
PAG. - 1
DATA - 31.03.93

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

R E C E I T A		
ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES		
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Transferências correntes	44.610.000.000,00	113.610.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00
	44.610.000.000,00	113.610.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de crédito	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00
	0,00	0,00
	44.610.000.000,00	113.610.000.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Débitos de tesouraria	0,00	3.879.125,39
Depósitos de diversas origens....	509.890.876,85	986.013.784,48
Depósitos extraordinários	14.050.312.645,09	31.856.942.123,85
Acordos e Convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	15.360.203.521,94	32.846.835.033,72
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	41.047.941.957,73	18.976.660.464,74
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras.....	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	41.047.941.957,73	18.976.660.464,74
T O T A L		165.433.495.490,46

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 2

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

R09

DATA - 31.03.93

NO MÊS

ATÉ O MÊS

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	30.999.925.449,12	72.572.459.725,78
Transferências correntes	11.335.711.657,30	25.980.992.115,65
	42.335.637.106,42	98.553.451.841,43

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos	51.504.004,70	966.452.013,16
Cancelamentos	0,00	0,00
	51.504.004,70	966.452.013,16
Débitos de tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens	0,00	0,00
Depósitos extraordinários	6.168.488.349,14	13.451.075.924,46
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	6.168.488.349,14	13.451.075.924,46
	6.219.992.653,84	14.417.527.937,62

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	52.462.515.719,41	52.462.515.719,41
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	52.462.515.719,41	52.462.515.719,41

T O T A L.....101.018.145.479,67

165.433.495.498,46

ABIB MIGUEL
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM		CELEPAR	REF. - SCM245
BALANCETE FINANCEIRO			PAG. - 1
ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ	B09	DATA - 30.04.93	
NO MÊS		ATÉ O MÊS	
ORÇAMENTÁRIA		R E C E I T A	
RECEITAS CORRENTES			
Receita tributária	0,00		0,00
Receita de contribuições	0,00		0,00
Receita patrimonial	0,00		0,00
Receita agropecuária	0,00		0,00
Receita industrial	0,00		0,00
Receita de serviços	0,00		0,00
Transferências correntes	56.610.000.000,00	170.220.000.000,00	
Outras receitas correntes	0,00		0,00
	56.610.000.000,00	170.220.000.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de crédito	0,00		0,00
Alienação de bens	0,00		0,00
Amortização de empréstimos	0,00		0,00
Transferências de capital	0,00		0,00
Outras receitas de capital	0,00		0,00
	0,00		0,00
	56.610.000.000,00	170.220.000.000,00	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Débitos de tesouraria	0,00	3.879.125,39	
Depósitos de diversas origens....	652.813.336,75	1.638.827.121,23	
Depósitos extraordinários	18.838.383.388,54	50.695.325.512,39	
Acordos e Convênios	0,00	0,00	
Contas a regularizar	0,00	0,00	
Outras operações	0,00	0,00	
	19.491.196.725,29	52.338.031.759,01	
SALDOS DO MÊS ANTERIOR			
Caixa	0,00		0,00
Bancos conta movimento	52.462.515.719,41	18.976.660.464,74	
Bancos conta vinculada	0,00		0,00
Conta aplicações financeiras.....	0,00		0,00
Conta poupança	0,00		0,00
	51.462.515.719,41	18.976.660.464,74	
T O T A L		128.563.712.444,70	241.534.692.223,75

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 2

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

DATA - 30.04.93

NO MÊS

ATÉ O MÊS

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	36.468.929.257,08	109.041.388.982,86
Transferências correntes	13.782.147.004,83	39.763.139.120,48
	50.251.076.261,91	148.804.528.103,34

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	79.273.953,73	1.045.725.966,89
Cancelamentos.....	0,00	0,00
	79.273.953,73	1.045.725.966,89
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	10.121.649,74	10.121.649,74
Depósitos extraordinários	6.285.995.926,74	19.737.071.851,20
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	6.296.117.576,48	19.747.193.500,94
	6.375.391.530,21	20.792.919.467,83

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	71.937.244.652,58	71.937.244.652,58
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	71.937.244.652,58	71.937.244.652,58

T O T A L.....128.563.712.444,70

241.534.692.223,75

ABIB MIGUEL
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM
BALANCETE FINANCEIRO

CELEPAR
REF. - SCM245
PAG. - 1
DATA - 31.05.93

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ
B09

	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Transferências correntes	80.300.000.000,00	250.520.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00
	80.300.000.000,00	250.520.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de crédito	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00
	0,00	0,00
	80.300.000.000,00	250.520.000.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Débitos de tesouraria	0,00	3.879.125,39
Depósitos de diversas origens....	2.436.160.695,76	4.074.987.816,99
Depósitos extraordinários	23.741.944.463,30	74.487.604.375,69
Acordos e Convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	26.178.105.159,06	78.566.471.318,07
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	71.878.817.252,58	18.976.660.464,74
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras....	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	71.878.817.252,58	18.976.660.464,74
TOTAL	178.356.922.411,64	348.063.131.782,81

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245
PAG. - 2
DATA - 31.05.93

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	50.200.592.718,91	159.280.232.501,77
Transferências correntes	17.321.417.661,56	57.084.556.782,04
	67.522.010.380,47	216.364.789.283,81

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	0,00	1.045.725.966,89
Cancelamentos.....	0,00	0,00
	0,00	1.045.725.966,89
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	1.515.483.363,67	1.525.605.013,41
Depósitos extraordinários	2.353.150.423,09	22.160.733.274,29
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	3.868.633.786,76	23.686.338.287,70
	3.868.633.786,76	24.732.064.254,59

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	106.966.278.244,41	106.966.278.244,41
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	106.966.278.244,41	106.966.278.244,41

T O T A L.....178.356.922.411,64

348.063.131.782,81

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade